

COMPETITIVIDADE E EXPORTAÇÕES GAÚCHAS DE CARNES SUÍNAS: 1992 - 2000¹

César A. O. Tejada²
Thelmo Vergara Martins Costa³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a evolução de um indicador de competitividade no Brasil no período pós-Real e sua relação com a exportação de suínos. Para tanto, inicialmente, estimou-se o desalinhamento da taxa de câmbio real (TCR) da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE), estimando-se a TCRE por meio do uso do filtro de Hodrick-Prescott. Verificou-se, após uma estimação da relação desse indicador com o desempenho das exportações gaúchas mensais de carnes suínas entre 1992 e 2000, que a competitividade afetou o comportamento das mesmas durante a maior parte do período de análise, isto é, recuperações de competitividade foram acompanhadas por aumentos nas exportações e vice versa. Para a estimação de tal relação, utilizou-se o filtro de Kalman.

Palavras-chave: Competitividade, exportações de carnes suínas, Rio Grande do Sul, filtro de Kalman.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução de um indicador de competitividade no Brasil no período pós-Real e a sua relação com as exportações de suínos de Rio Grande do Sul. O período de análise é de janeiro de 1992 a dezembro de 2000. A ênfase é dada ao período de utilização do regime de bandas cambiais no Brasil, de março de 1995 a 12 de janeiro de 1999, e ao período de regime cambial flexível que lhe sucedeu após vários ataques especulativos sobre o Real.

Historicamente, a suinocultura apresenta-se como um setor importante para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, principalmente no que tange ao setor agropecuário. No início, a atividade estava ligada à obtenção de gordura, mas, a partir dos anos 60, com o advento das gorduras vegetais e das mudanças nos hábitos alimentares da população, a atividade direcionou-se para a produção de carne. A produção de carne com pouca gordura demandou modificações no manejo e nas raças exploradas. Paralelamente, o

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, realizado em Recife, de 5 a 8 de agosto de 2001. Agradecemos o auxílio dos bolsistas de iniciação científica Graziela Krabbe (Pibic/CNPq) e Andressa do Prado Ongaratto (CNPq.)

² Doutor em Economia pela UFRGS e professor da Universidade de Passo Fundo.

³ Mestre em Economia Rural pela UFRGS e Professor da Universidade de Passo Fundo.

desenvolvimento da avicultura no estado em razão da tecnologia empregada, possibilitou a produção de proteína animal de boa qualidade e baixo custo, estimulou o desenvolvimento do sistema integrado na produção de carne suína. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul apresenta-se como o segundo maior exportador nacional de carne suína, situando-se abaixo apenas de Santa Catarina.

O estado, juntamente com Santa Catarina, apresenta-se livre da peste suína clássica e da febre aftosa, o que o credencia a exportar para mercados altamente exigentes, como o norte-americano e o europeu. Entretanto, apesar dos esforços de todos os segmentos ligados à produção de carne suína, o volume de exportações ainda é muito baixo se comparado com a produção estadual de carnes suínas. Assim, a análise do regime cambial é fundamental para a determinação da competitividade do setor a fim de fornecer subsídios para a formulação de políticas setoriais e de estratégias que possibilitem melhorar o perfil exportador gaúcho de carne suína.

O artigo está dividido em quatro partes: além desta introdução, na segunda parte apresenta-se uma revisão sobre a estimação da competitividade, usando o desalinhamento da taxa de câmbio real; na terceira, apresenta-se a performance exportadora gaúcha das carnes suínas; na quarta, realizam-se uma estimação e uma discussão da relação entre a medida de competitividade e a performance exportadora gaúcha das carnes suínas; por fim, na última parte, expõem-se as conclusões.

2. COMPETITIVIDADE E DESALINHAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO REAL

A apreciação real de uma moeda é freqüentemente interpretada como uma perda de competitividade para a economia. Porém, a relação entre as mudanças na posição competitiva de um país e os movimentos na sua taxa de câmbio real (TCR) não é tão simples. Uma apreciação da TCR pode ou não comprometer a posição competitiva de um país. Na verdade, uma apreciação pode refletir uma perda de competitividade, quando se origina uma situação de desalinhamento, ou uma melhora na competitividade, quando o movimento na TCR se deve a motivos de fundamentos, tais como os ganhos de produtividade. A competitividade é afetada somente quando a TCR se desvia significativamente do seu valor de equilíbrio (TCRE). Uma prática comum na recente literatura é definir a TCR como o preço relativo dos bens *tradables* aos *non-tradables*, uma vez que tal preço guiará a alocação de recursos entre setores para atingir os equilíbrios interno e externo. Nesse contexto, a TCRE pode ser definida como a TCR consistente com

o equilíbrio no mercado *non-tradable* em cada período e a solvência intertemporal da conta corrente.

Existe muita discussão sobre qual é a melhor forma de se medir a competitividade. Ainda que se decida que o melhor é usar uma taxa de câmbio real, fica aberta a discussão sobre qual é a melhor taxa.⁴ Neste trabalho, optou-se por um indicador bastante geral, que inclui não somente os Estados Unidos, mas os mais importantes parceiros do Brasil. Por conseguinte, neste artigo, mede-se o nível de competitividade pela taxa de câmbio efetiva real das exportações estimada pelo Ipea e que é calculada pelo expurgo do IPA-OG e dos IPAs dos 15 mais importantes parceiros comerciais do Brasil da série nominal de taxa de câmbio R\$/US\$, ponderada pela participação de cada parceiro na pauta do total de exportações.

Como mencionado, interessam os desalinhamentos da taxa de câmbio real, isto é, interessa o comportamento com respeito a uma trajetória de uma taxa de câmbio real de equilíbrio, a qual é calculada de diversas maneiras. Neste artigo, inicialmente, usaram-se duas metodologias. A primeira e mais simples das metodologias consiste em supor que a taxa de câmbio real de equilíbrio é dada pelo ano-base ou pela média do índice de taxa de câmbio real durante o período de análise. A segunda foi a metodologia desenvolvida por Goldfajn e Valdez (1999), que calculam uma série de sobrevalorização ou subvalorização como desvios da taxa de câmbio real de uma série filtrada usando o filtro de Hodrick e Prescott,⁵ em que a série filtrada captura a tendência estocástica na série, a qual é identificada como a taxa de câmbio real de equilíbrio prevista. Os desalinhamentos são identificados como o componente cíclico da série, visto que se espera que eles tenham, eventualmente, de se corrigir. Assim, o desalinhamento é calculado como a diferença entre a taxa de câmbio real (TCR) e seu valor de equilíbrio (TCRE). Uma vez que as estimativas usando o filtro de Hodrick-Prescott⁶ produziram resultados mais consistentes, apresentam-se os resultados utilizando esta metodologia. Uma sobrevalorização da taxa de câmbio real (isto é, um desalinhamento negativo) indica que a taxa de câmbio real está mais valorizada do que deveria estar de acordo seu nível de equilíbrio, e o oposto é verdadeiro quando a taxa de câmbio real está subvalorizada.

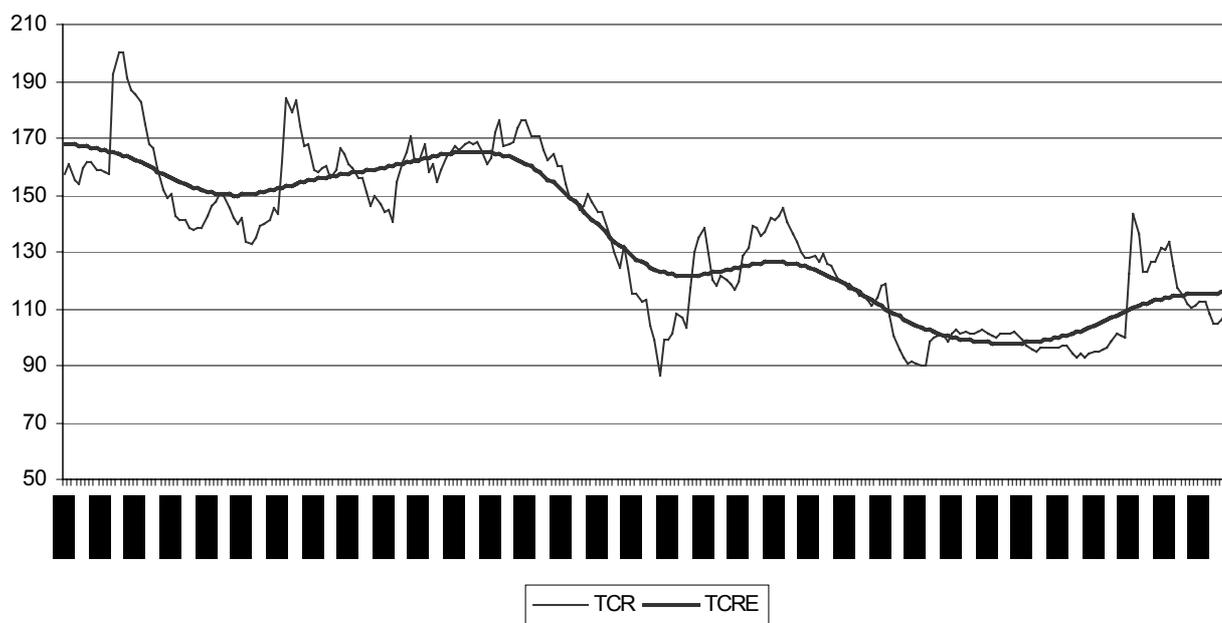
Como, por definição, a taxa de câmbio real de equilíbrio é um conceito de longo prazo, utilizou-se um período mais longo para a sua estimação. Assim, o período utilizado

⁴ Ver uma discussão sobre este tema em Turner e Golub (1997).

⁵ Ver Hodrick e Prescott (1997).

foi de 1979 – 2000 e os dados são mensais. As trajetórias temporais da taxa de câmbio real (TCR) e da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE) encontram-se no Gráfico 1.

Gráfico 1
Taxa de câmbio real (TCR) e
Taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE)
Período: 1979 - 2000



Fonte: os dados sobre a TCR foram extraídos do Ipeadata

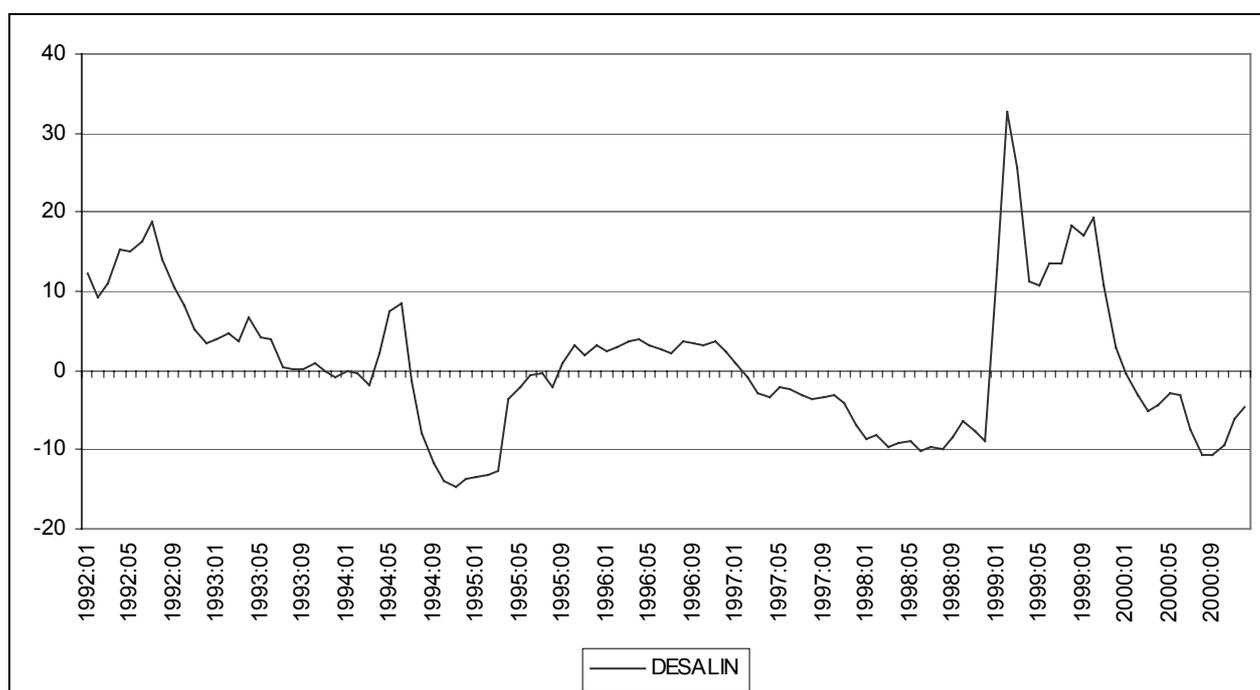
Uma simples visualização permite notar que é difícil definir um único nível de taxa de câmbio real de equilíbrio. Observa-se que houve uma forte apreciação da taxa de câmbio real, que é condizente com a abertura econômica iniciada na década de 1990. Após diversas tentativas frustradas de estabilização da economia durante a década de 1980 e início da década de 1990, o Plano Real conseguiu, finalmente, uma redução sistemática e consistente da inflação. No início do plano, houve o anúncio de uma âncora monetária, que, contudo, logo foi abandonada, passando-se a adotar uma âncora de taxa de câmbio. Pode-se observar uma forte apreciação após a implementação do Plano Real, especialmente no período de livre flutuação da taxa de câmbio, em que a taxa de câmbio real se apreciou de forma considerável entre julho e novembro de 1994, mantendo-se após quase constante até o mês de fevereiro de 1995. Após a crise mexicana e a introdução da banda cambial em março de 1995, há uma tendência para a recuperação da taxa de câmbio real, a qual acumula uma depreciação de quase 10% até junho de 1996, embora revertida,

⁶ Usaram-se diferentes coeficientes de alisamento na estimação da taxa de câmbio real.

em alguma medida, durante 1997. Depois de janeiro de 1998, há novamente uma recuperação gradual da taxa de câmbio real. Finalmente, após a instauração do regime de taxa de câmbio flexível, há uma forte recuperação da taxa de câmbio real devido à grande desvalorização nominal da taxa de câmbio e ao baixo *pass-through* aos preços.

No Gráfico 2, apresentam-se os desalinhamentos da TCRE somente para o período de 1992 – 2000.

Gráfico 2
Desalinhamento da taxa de câmbio real
Período 1992 – 2000



Embora, oficialmente, o regime cambial no Brasil durante o período de março de 1995 a inícios de 1999 fosse chamado de “bandas cambiais”, na prática, ele não foi muito diferente de um regime de taxa de câmbio fixa, administrada ou de *crawling peg*, como alguns analistas têm salientado.⁷

⁷ Ver, por exemplo, Pastore e Pinotti (1999) e Bonomo e Terra (1999a). No entanto, alguns trabalhos, têm analisado a credibilidade do regime de bandas cambiais, assumindo que ele realmente funcionou na prática (ver, por exemplo, Munch (1998) e Fontes et al. (1999). Antes, contudo, dever-se-ia analisar se realmente o regime cambial brasileiro durante o período tem aderência com algum dos modelos de banda cambial (como foi feito, por exemplo, por Flood, Rose e Mathieson (1991) para o EMS). Nessa linha, Ferreira (1999) tem encontrado que o regime cambial brasileiro teve pouca aderência aos modelos teóricos de bandas cambiais. No melhor dos casos, há evidência fraca a respeito do modelo com credibilidade imperfeita e intervenções intramarginais do tipo Bertola e Caballero (1992) e Bertola e Svensson (1993).

Note-se que, já em agosto de 1994, a taxa de câmbio real encontrava-se bastante apreciada. Isso se deveu a que, inicialmente, as autoridades permitiram que o real se sobrevalorizasse de forma considerável, uma vez que a prioridade era a redução da inflação. Assim, de julho de 1994 a fevereiro de 1995, houve um regime de taxa de câmbio flutuante que permitiu essa apreciação. A maioria dos analistas não discorda desse fato, mesmo utilizando diversas medidas da taxa de câmbio real.⁸ Dependendo da medida usada, após essa forte apreciação inicial, há uma depreciação da taxa de câmbio real ou uma manutenção desse nível de apreciação. A discussão consistia em saber se a apreciação era também uma sobrevalorização e, se isso fosse verdade, qual era o nível dessa sobrevalorização.

Com base em nossa estimativa, pode-se afirmar que existe uma recuperação da taxa de câmbio real a partir de março de 1995 devido a que, após a crise mexicana iniciada em dezembro de 1994, as autoridades econômicas brasileiras implementaram um regime de banda cambial, o qual, como mencionado, era, na verdade, mais parecido com um regime de *crawling peg*. Essa recuperação da taxa de câmbio real permitiu uma subvalorização a partir de setembro de 1995, que durou até inícios de 1997, ano a partir do qual existe uma tendência para sobrevalorização da taxa de câmbio, que não é revertida apesar da crise asiática. Tal tendência somente começa a ser revertida timidamente após a crise russa de agosto de 1998. No entanto, somente após os ataques especulativos sobre o real, o conseqüente abandono do chamada “banda cambial” e a instauração de um regime cambial flexível e um regime de metas de inflação, existe uma grande subvalorização da taxa de câmbio real, que é revertida a partir de inícios do 2000.

4. PERFORMANCE DAS EXPORTAÇÕES GAUCHAS DE CARNES SUÍNAS

Esta seção apresenta um indicador de performance exportadora de carne suína do Rio Grande do Sul, que pode servir para avaliar e qualificar o impacto da apreciação da taxa de câmbio real (RER) descrita na seção anterior. Este consiste em mudanças nas quantidades exportadas do produto.

Segundo a ABCS (Associação Brasileira de Criadores de Suínos), em 1998, as exportações mundiais totalizaram 2.374 milhões de toneladas de carne suína. Os principais exportadores mundiais são os Estados Unidos da América, seguidos pela Dinamarca, Canadá, China e França. Taiwan, o terceiro maior exportador, perdeu essa posição em

⁸ Por exemplo, Portugal e Galvão (1996), Dornbusch (1997), Bonomo e Terra (1999a, b) e Pastore e Pinotti (1999).

virtude de um surto de febre aftosa. As exportações brasileiras, com 81.565 toneladas, representaram, em 1998, 3,44% do mercado mundial e foram consideradas um recorde de vendas (Tabela 1); representaram 5 % do total produzido no ano. Basicamente, o país exporta para a Argentina e para Hong Kong; um pequeno volume destina-se ao Uruguai e o restante se refere ao consumo de bordo.

Discriminação	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Rebanho*	32,5	32,2	30,0	34,0	35,7	35,8	36,5	37,0	37,5
Abate*	17,7	14,0	16,0	19,2	20,4	20,0	22,4	23,5	-
Cons. Per Capita(Kg)	9,67	7,00	7,05	8,78	9,11	9,31	10,09	10,41	10,88
Prod. De Carne**	1.150	966	1.040	1.387	1.490	1.540	1.699	1.780	1.860
Importação**	1,0	2,0	2,0	9,0	5,0	5,0	11,0	5,0	4,0
Exportação**	0,2	5,2	13,1	36,5	64,3	63,8	81,5	82,0	122

* Milhões de cabeças

** Mil toneladas

Fonte: MARA/SIF/IBGE/ABIEPCS/FAO/USDA in Porkworld, 2001.

O Brasil é o oitavo maior produtor mundial de carne suína, tendo produzido 1,86 milhões de toneladas em 2000. Desse total, o país exportou 122 mil toneladas, tendo como únicos exportadores os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estados apresentam o *status* de livres tanto da febre aftosa como da peste suína clássica, o que os credencia para exportar para importantes mercados consumidores como os Estados Unidos, União Européia, Rússia e Japão. Nesse sentido, Santa Catarina é o principal exportador, detendo 67% das exportações brasileiras, ao passo que, o Rio Grande do Sul, representa os 33% restantes.

No caso do Rio Grande do Sul, a suinocultura sofreu forte mudança estrutural em sua forma de produção a partir da segunda metade da década de 80, quando do advento do sistema de produção integrada agroindústria-produtor. Os resultados desse sistema se traduziram em melhoria da qualidade e da sanidade do rebanho e no aumento significativo da produção pelo incremento da produtividade. É a atividade industrial com maior diversificação na produção, se comparada com a indústria de aves e de carne bovina. Apresenta um alto grau de processamento, haja vista que 80% dos animais abatidos no estado participam de alguma linha de industrialização. Em nível de indústria, a produção total de suínos é decomposta em três grupos: carnes *in natura* (representa 43% da produção), industrializados - embutidos - (42%) e outros produtos (15%). Por sua vez, a indústria frigorífica de carne suína no Rio Grande do Sul apresenta uma defasagem

tecnológica de processamento com relação aos grandes exportadores mundiais, por serem plantas muito antigas (Velho et al., 1998).

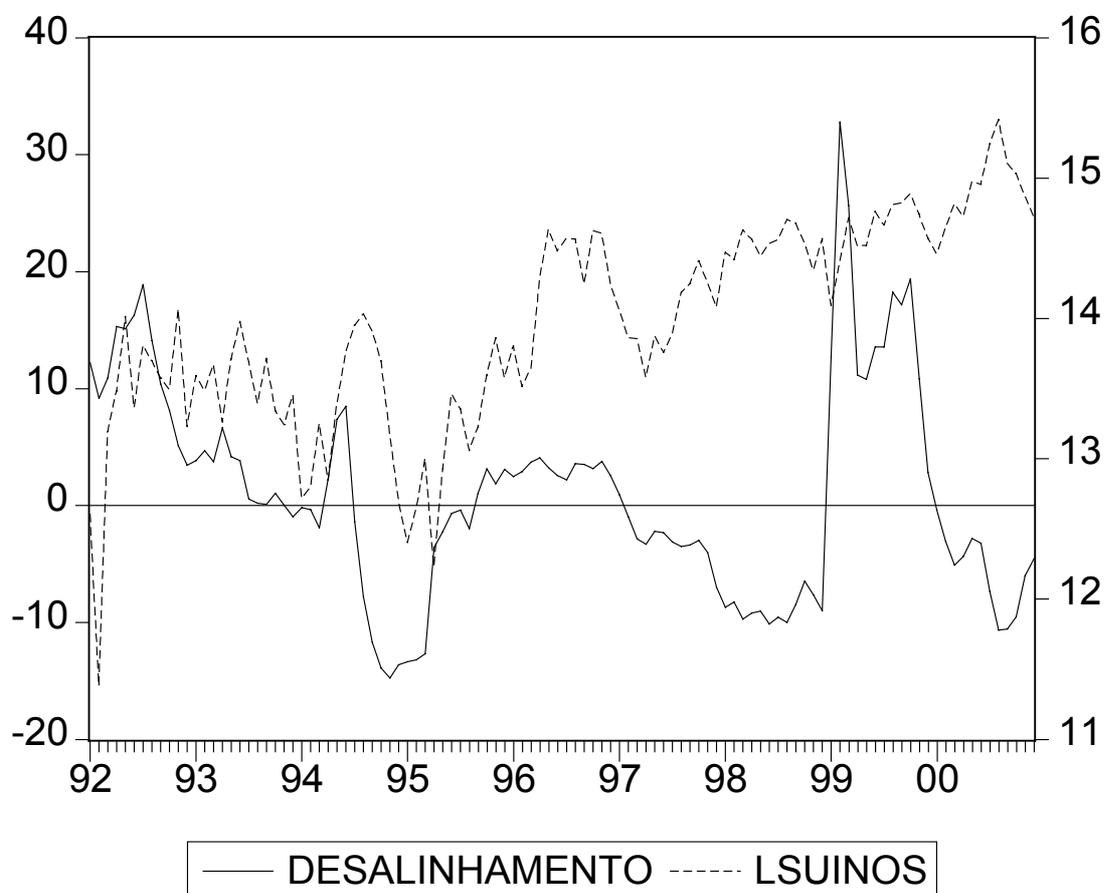
A Argentina, Uruguai e Hong Kong são os principais mercados importadores de produtos suínos do Rio Grande do Sul. Um volume pequeno de exportações vem sendo realizado para mercados promissores, como o Japão, Chile e Alemanha Ocidental.

4. COMPETITIVIDADE E EXPORTAÇÕES GAÚCHAS DE SUÍNOS

Nesta seção, apresentam-se uma estimação da relação entre a medida de competitividade estimada na seção 2 e uma discussão dos resultados.

O Gráfico 3 relaciona o comportamento das exportações mensais gaúchas de carne de suínos de janeiro de 1992 a julho de 2000 com a nossa medida da competitividade: o desalinhamento da taxa de câmbio real. Observa-se que, no início da década de 1990, a perda gradual de competitividade foi acompanhada pela queda nas exportações. No segundo trimestre de 1994, pode-se observar uma melhora da competitividade, que é acompanhada por um aumento nas exportações. No entanto, observa-se uma acentuada queda da competitividade após a implantação da fase final do Plano Real, em agosto 1994, época em que, como mencionado na seção anterior, o governo permitiu uma forte queda da taxa de câmbio nominal. Essa deterioração da competitividade é parcialmente revertida após a crise mexicana iniciada em dezembro de 1994 e acentuada no primeiro trimestre de 1995, quando as autoridades econômicas estabeleceram um regime de bandas cambiais que permitiria a recuperação gradual da competitividade. Entre abril de 1995 e finais de 1996, observa-se um movimento de recuperação das exportações gaúchas de carne suína, acompanhada pelo ganhos de competitividade, decorrentes da lenta depreciação da taxa de câmbio nominal conseguida através do uso da banda cambial. Entretanto, a partir de novembro de 1996, observa-se uma lenta e gradual deterioração da competitividade, que não foi revertida apesar da crise asiática iniciada em outubro de 1997. Após a crise russa, iniciada em agosto de 1998, há uma tentativa tímida de recuperação da taxa de câmbio real, o que reduz o ritmo das exportações, inclusive com o cancelamento de intenções de contratos de exportação para a Rússia, maior importador mundial do produto.

Gráfico 3
Desalinhamento (em percentagem) e exportações gaúchas de carne
suína (em logs)
Período: 1992 – 2000



Fonte: os dados sobre as exportações de suínos foram extraídas do Ministério da Indústria e Comércio - SECEX.

Por fim, a partir de 1999, com a entrada em vigor do regime de taxa de câmbio flutuante e o conseqüente *overshooting* da taxa de câmbio que não foi acompanhada por um equivalente aumento da taxa da inflação,⁹ há uma forte recuperação da competitividade, o que acelera o ritmo das exportações gaúchas de carnes suínas. Note-se, porém, que, a partir do último trimestre de 1999, há uma redução da competitividade devido a que o nível da taxa de câmbio nominal se manteve basicamente estável e ainda com pequenas reduções.

A seguir, para analisar econometricamente a relação entre as exportações suínas do Rio Grande do Sul e a competitividade (como medida pelo desalinhamento da taxa de câmbio real), estima-se a seguinte equação:

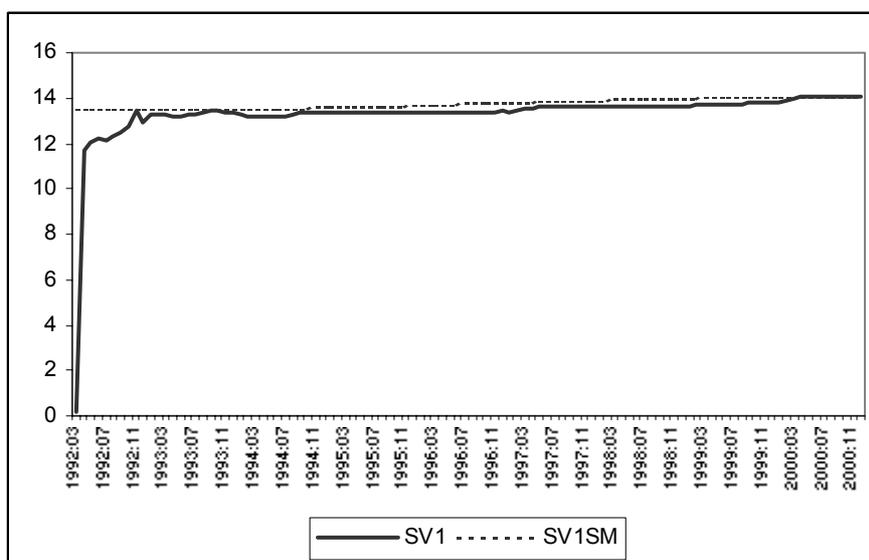
⁹ Isto é, um *pass-through* da taxa de câmbio aos preços muito menor do esperado.

$$\text{Isuínos} = \text{SV1} + \text{SV2} * \text{desalinhamento}(-1)$$

onde SV1 e SV2 representam parâmetros variáveis-no-tempo. A equação foi estimada usando o filtro de Kalman. A aplicação do filtro de Kalman gera duas séries de estimativas dos coeficientes variáveis-no-tempo. A primeira, chamada de *filtrada*, origina-se da estimação recursiva do modelo usando dados que estão somente disponíveis até o período corrente; em cada período, o filtro usa a nova informação para revisar suas estimativas dos parâmetros do modelo e as estimativas dos coeficientes variáveis-no-tempo. A segunda, chamada de *alisada* (ou *suavizada*), usa os dados da amostra completa para estimar a série temporal dos coeficientes variáveis-no-tempo, o que permite avaliar de forma retrospectiva se as estimativas recursivas (filtradas) produzem uma trajetória diferente dos coeficientes variáveis-no-tempo quando se usa a amostra completa (toda a informação).

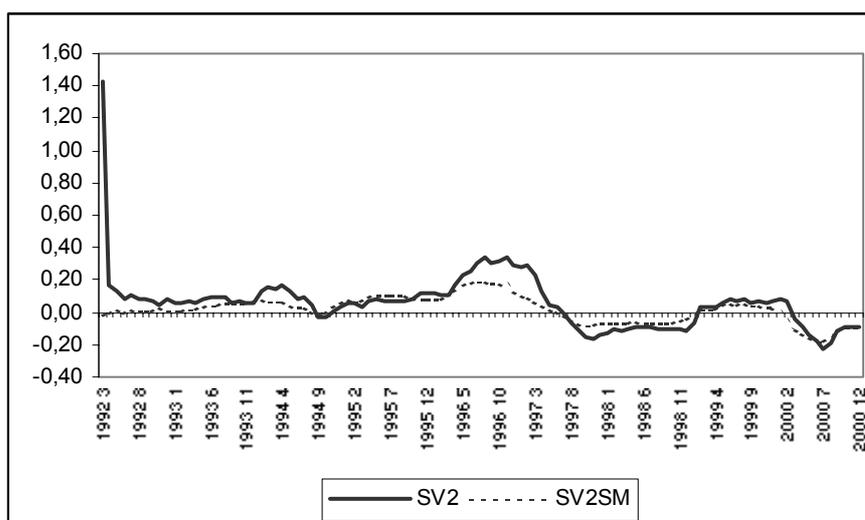
No Gráfico 4 apresentam-se as trajetórias temporais do intercepto variável-no-tempo. SV1 denota a estimativa filtrada e SV1SM, a estimativa suavizada. Confirma-se que o termo de intercepto é praticamente constante ao longo do período (em torno 13,80).

Gráfico 4: Trajetórias temporais de SV1 e SVSM



No Gráfico 5 apresentamos as trajetórias temporais do coeficiente variável-no-tempo que relaciona a exportações ao grau de desalinhamento da taxa de câmbio real. SV2 denota a estimativa filtrada e SV2SM, a estimativa alisada.

Gráfico 5: Trajetória temporal de SV1 e SVSM



Na análise do gráfico, observa-se que a estimativa filtrada do coeficiente SV2 é realmente variável no tempo, fato confirmado comparando-se com a estimativa suavizada SV2SM. Até meados de 1997, a relação esperada entre as exportações de carne suína e os ganhos de competitividade, como mensurados pelo desalinhamento da taxa de câmbio real se cumpre, isto é, uma taxa de câmbio real desvalorizada (desalinhamento positivo) aumenta as exportações de carne de suínos. Entre meados de 1997 e finais de 1998 e ao longo de 2000 a relação é inversa, isto é, as quedas de competitividade não foram acompanhadas por quedas das exportações de suínos. Uma explicação para esse comportamento inesperado é que a equação estimada não leva em consideração outros fatores que afetam as exportações de carne de suínos.

De fato, as exportações de carnes suínas são afetadas por outras variáveis além do comportamento da taxa de câmbio, embora este influencie fortemente sua competitividade. Entre essas variáveis pode-se destacar, em primeiro lugar, a própria conjuntura interna do país. Segundo Jank (1997), a conjuntura doméstica trata-se de uma variável de grande relevância na tomada de decisão das empresas exportadoras, uma vez que as carnes mostram elevados valores de elasticidade-renda da demanda no mercado interno, além do conhecido efeito-graduação¹⁰, assim, um eventual aquecimento da demanda no mercado doméstico resulta em forte desestímulo às exportações como ocorreu imediatamente após a implementação do Plano Real em agosto de 1994.

¹⁰ O efeito-graduação indica que o aumento da renda per capita dos consumidores não gera apenas aumentos de consumo (efeito-renda), mas também leva à adoção de padrões de consumo mais sofisticados, uma vez que a população altera seus hábitos de consumo, substituindo produtos calóricos básicos (grãos alimentares) por proteínas animais e frutas (Jank, 1997)

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já eram considerados livres da peste suína clássica, obtiveram o *status* de zona livre de febre aftosa junto à Organização Internacional de Epizootias (OIE) em 1997. Tal fato tem alavancado as exportações brasileiras de carne suína nos últimos anos dada a abertura de novos mercados, principalmente o mercado russo, o maior importador mundial de carnes suínas.

Em terceiro lugar destacam-se os esforços institucionais levados a termo no sentido de incrementar a participação do Brasil no mercado internacional. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), o acordo celebrado no final de 1999 com a APEX – Agência de Promoção de Exportações prevê a execução de extenso e ambicioso programa de divulgação e promoção da carne suína brasileira no exterior.

Por último, salienta-se que o contínuo aumento da produção brasileira não tem sido acompanhado por igual aumento no consumo, o que tem viabilizado manter ascendentes as exportações. Segundo dados da ABIPECS (2000) a produção brasileira de carne suína passou de 1.470 mil toneladas em 1995 para 2062 mil toneladas em 2001, representando um crescimento de 40,27% no período. Já o consumo, passou de 1.439 mil toneladas para 1.903 mil toneladas, ou seja, crescem 32,2% em igual período. Essa diferença entre produção e consumo interno, aliada aos baixos volumes importados, permitiu um crescimento de 300% do volume exportável, que passou de 40 mil toneladas em 1995 para 160 mil toneladas em 2001. Cabe destacar que, apesar desse desempenho, as exportações representam uma pequena parcela da produção nacional, em torno de 7,7% em 2001.

Esse aumento das exportações final da década de 1990 é corroborado também pelas mudanças no mercado internacional. Segundo Nicolau et al. (2001), apesar de o Brasil mostrar um desempenho exportador muito aquém do seu potencial nos anos 90, a partir de 1999, com a desvalorização do real e com os problemas sanitários ocorridos na Europa (“mal da vaca louca” e surtos de febre aftosa), há evidências de que esse quadro esteja se alterando em favor de uma maior participação da indústria brasileira de carnes de aves, suínos e de bovinos no comércio internacional.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a evolução de um indicador de competitividade no Brasil no período pós-Real e sua relação com a exportação de suínos. Para tanto, inicialmente, estimou-se o desalinhamento da taxa de câmbio real (TCR) da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE), estimando-se a TCRE por meio do uso do filtro de Hodrick-Prescott. Para isso, calculou-se uma série de sobrevalorização ou subvalorização como desvios da taxa de câmbio real de uma série filtrada usando o filtro de Hodrick e Prescott, em que a série filtrada captura a tendência estocástica na série, a qual é identificada como a taxa de câmbio real de equilíbrio prevista. Os desalinhamentos são identificados como o componente cíclico da série, visto que se espera que eles tenham, eventualmente, de se corrigir. Assim, o desalinhamento é calculado como a diferença entre a taxa de câmbio real (TCR) e seu valor de equilíbrio (TCRE).

Mostrou-se que, com a implementação do Plano Real, houve uma forte queda da competitividade e que, após a crise mexicana, o governo procurou uma recuperação “homeopática” da taxa de câmbio real através da implementação de um regime de banda cambial. No entanto, após os sucessivos ataques especulativos sobre o real, tal regime foi abandonado e substituído por um regime cambial flexível, que permitiu uma forte recuperação da competitividade.

Após a estimação da relação desse indicador com o desempenho das exportações gaúchas mensais de carnes suínas, mostrou-se que a competitividade afetou o comportamento das mesmas durante quase todo o período de análise, isto é, recuperações de competitividade foram acompanhadas, por aumentos nas exportações e vice-versa.

Seria de interesse: (1) incluir outras variáveis, tais como o efeito-graduação, quedas de barreiras sanitárias, etc, que influenciem as exportações de suínos, isto é, estimar uma função de exportações de suínos; (2) analisar outros indicadores de performance das exportações, como a composição das exportações totais, as parcelas nos mercados de exportação e o efeito sobre os custos unitários da mão-de-obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIPECS, Associação brasileira da indústria produtora e exportadora de carne suína, **Relatório anual 2000**, www.abipecs.com.br. Acesso em: 27 de mar. 2002
- BAIG, T.; GOLDFAJN, I. The russian default and the contagion to Brazil. **Texto para Discussão**, n. 420, PUC-Rio, 2000.

- BONOMO, M.; TERRA, C. The political economy of exchange rate policy in Brazil: 1964-1997. **Ensaio Econômicos**, n. 341, EPGE, 1999a.
- BONOMO, M.; TERRA, C. The political economy of exchange rate policy in Brazil: an empirical assessment. **Revista Brasileira de Economia**, v. 53, n. 4, 1999b.
- DORNBUSCH, Rudiger. Brazil's incomplete stabilization and reform. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 1, 1997
- FERREIRA, F. **Modelos de bandas cambiais**: uma aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FLOOD, R.; ROSE, A.; MATHIESON, D. An empirical exploration of exchange-rate target-zones. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 35, 1991.
- FONTES, R.; ARBEX, M.; ALMEIDA, M. Credibilidade perfeita versus credibilidade imperfeita: uma análise para o regime brasileiro de bandas de câmbio. A ser publicado na **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 1999.
- GARBER, P.; SVENSSON, L. The operation and collapse of fixed exchange rate regimes. In GROSSMAN, Gene; ROGOFF, Kenneth; (Ed.): **Handbook in International Economics : Volume 3**. Amsterdam : Elsevier Publishers, 1995.
- GOLDFAJN, I.; VALDÉS, R. Are currency crises predictable? **European Economic Review**, v. 42, 1998.
- GOLDFAJN, I.; VALDÉS, R. The aftermath of appreciations. **Quarterly Journal of Economics**, v. 1999.
- HODRICK, R.; PRESCOTT E. Postwar U.S. business cycles: an empirical investigation. **Journal of Credit, Money and Banking**, v. 29, n. 1, 1997.
- JANK, M. S. Organizações e estratégias nas exportações brasileiras de carnes. In: VIEIRA, W.; CARVALHO, F. **Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa**, UFV, 1997. p.109 - 153.
- KRUGMAN, P. Target zones and exchange rate dynamics. **Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n. 3, 1991.
- MÜNCH, I. Bandas de câmbio e expectativas de desvalorização: um teste de credibilidade aplicado a Brasil, México, Rússia, Venezuela, Tailândia e Hong Kong. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 4, 1998.
- NICOLAU, J. A., VARGAS, G. T., BALZON, D. R., A indústria brasileira de carnes de frango e de suínos: principais mudanças nos anos 90. **Indicadores econômicos FEE**, v. 29, n. 2, 2001.
- PASTORE, A.; PINOTTI, M. Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 53, n. 1, 1999.
- PASTORE, A., BLUM. B.; PINOTTI, M. Paridade de poder de compra, câmbio real e saldos comerciais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 3 1998.
- PORKWORLD. Endereço na internet: www.porkworld.com.br, Acesso em: 14 abr. 2001.
- PORTUGAL, M.; GALVÃO, A. Âncora cambial, balanço de pagamentos e política de estabilização: as políticas cambial e de comércio exterior no Plano Real. In PORTUGAL Marcelo (Org.): **A economia do Real**. Porto Alegre, Ortiz, 1996.

TURNER, A.; GOLUB, S. Towards a system of multilateral unit labor cost-based competitiveness indicators for advanced, developing, and transition countries. **Working Paper of the International Monetary Fund**, n. WP/97/151, 1997.

VELHO, V. M. C. et al. Anexo 2: Agroindustria de carnes no Rio Grande do Sul. In **Agribusiness – Projeto RS 2010**, Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1998.